

Construção do *homo economicus* e a sua necessária desconstrução*

Róber Iturriet Avila**

Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pesquisador da Fundação de Economia e Estatística e Professor na Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Resumo

Este trabalho se propõe a remontar a edificação conceitual acerca da conduta humana no tempo em que a Economia Política buscava limitar seu campo de estudo. Para tanto, é desenvolvida a visão do homem em Adam Smith e também as modificações subseqüentes originadas nas diferentes concepções dos autores das escolas clássica e neoclássica. Nesse intento, são explorados os elementos que auxiliaram na transformação do homem smithiano em homo economicus. Adicionalmente, é verificado que a confusão de conceitos presente nessa construção metodológica traz a referência de que a ciência econômica faz apologia ao egoísmo. Essa percepção é um subproduto do desenlace da economia com as questões morais.

Palavras-chave

Postulado do egoísmo; *homo economicus*; metodologia na economia.

Abstract

This paper proposes to reassemble the conceptual building about human conduct when Political Economy was trying to limit its field of study. To do that, it is developed the perception of Adam Smith about human behavior and the subsequent changes resulting from different conceptions of the classical and neoclassical authors. In this attempt, it explores the elements

* Artigo recebido em ago. 2011 e aceito para publicação em maio 2014.
Revisor de Língua Portuguesa: Breno Camargo Serafini

** E-mail: rober@fee.tche.br

that have helped in the transformation of Smithian man in “homo economicus”. Additionally, it is observed that the confusion of concepts present in this methodological construction suggests that economics salutes egoism. This is a result of the distinction between moral and economic aspects.

Key words

Self-interest premise; homo economicus; methodology in economics.

Classificação JEL: B49, B00.

1 Introdução

No intuito de investigar os efeitos da ação humana na economia e de padronizar tal relação, constituiu-se, ao longo do tempo, uma concepção específica sobre o comportamento do homem. Ele foi concebido como sendo movido pelos seus interesses, sem se preocupar com os efeitos de sua conduta sobre a coletividade e sobre a sua imagem perante os demais.

No entanto, o pesquisador que se debruça sobre as construções teóricas e metodológicas de Adam Smith, John Stuart Mill, John Neville Keynes, Marie-Esprit-Léon Walras, Lionel Charles Robbins, dentre outros autores que solidificaram o campo de pesquisa da economia, observa que há uma ruptura durante esse percurso do pensamento econômico. Mais do que isso, a conduta humana passou por uma metamorfose desde o homem smithiano até o *homo economicus*.

É nítido, adicionalmente, que essa cisão ocorreu enquanto os temas ligados à filosofia moral foram sendo excluídos dos limites da economia. Esse passo fez a citada ciência não mais questionar como a conduta humana se configura, ignorando suas facetas morais, que ponderam o egoísmo e que influenciam nas decisões dos agentes econômicos.

Sob esse preâmbulo, o objetivo do presente artigo é demonstrar como o agente econômico se afastou das questões morais, ficando mais egoísta, ao mesmo tempo em que a própria ciência econômica também se distancia da filosofia moral. Somado a isso, o trabalho objetiva desenvolver os elementos que impactaram nessa transformação.

Nesse intento, torna-se necessário expor a conduta humana do ponto de vista do filósofo moral Adam Smith, não apenas no que toca às relações econômicas, mas também de uma forma mais ampla, em sua sociabilização em geral. Conveniente também é apresentar as interpretações sobre a existência de uma ruptura ou de uma continuidade na obra de Smith. Ou seja, se o autor foi coerente ao analisar o homem em seus dois livros. Tema este explorado na seção 2.

Ao se observar a mudança conceitual ocorrida desde a percepção smithiana até o *homo economicus*, são notáveis as influências de correntes filosóficas e metodológicas, as quais auxiliam a compreender como o homem, sob o ponto de vista da análise econômica, tornou-se mais egoísta. São elas: (a) o individualismo; (b) o individualismo metodológico; (c) o positivismo e; (d) o utilitarismo. Assim, a seção 3 pretende não apenas mostrar como esses movimentos enfatizaram o egoísmo, mas também segmentar essas influências, já que elas se encontram imbricadas na teoria econômica. Desse modo, o artigo visa esmiuçar como se deu essa transformação sob o ângulo dos elementos que explicam esse nexos, ao tempo em que procura reconstruir o caminho trilhado por notáveis autores clássicos e neoclássicos que penetraram nesse tema.

A seção 4 procura abordar o resultado metodológico desse processo de transformação, em que as correntes filosóficas já foram absorvidas. O referido resultado é o *homo economicus*. Nesse ponto, são expostos contradições e conflitos inerentes a esse conceito, mas não em toda a sua amplitude, ou seja, a análise é centrada nas críticas adjacentes à assunção do postulado do egoísmo.

Convém apresentar também as diferentes interpretações de “egoísmo” e as confusões efetuadas em torno dos termos que qualificam o agente econômico, as quais sugerem que a ciência econômica faz apologia ao egoísmo. Assim, a seção 4 enfatiza que, além de ter sido distorcido, o conceito de egoísmo em Smith persiste com a interpretação equivocada e é permeado por confusões. Nesse ponto, fica explícito que não apenas a filosofia moral de Smith foi afastada, como também a moral do próprio agente econômico não é mais questionada. Como resultado, muda a acepção do termo “egoísmo”, chegando a tal monta esse conflito, a ponto de toda a teoria econômica ser entendida como imoral.

Pautar esse objeto traz um tema pouco explorado e até relegado na análise das ideias e do pensamento econômico, qual seja, o questionamento do postulado do egoísmo. Esse processo desencadeia na percepção de que a ciência econômica não apenas assume o agente egoísta, como também o saudável. Dessa forma, além de instigante, o estudo traz a reflexão de como o caminho metodológico e as mudanças no agente econômico aca-

bam impactando sobre a visão transpassada ao leigo em economia: a de que essa ciência é imoral. Perspectiva esta subjacente ao egoísmo assumido e ao afastamento da filosofia de Smith.

Paralelamente, há a contribuição na segmentação das correntes filosóficas e das doutrinas que são intrincadas na referida transformação metodológica e que, comumente confundidas, se encontram sobrepostas até mesmo nas obras especializadas. Nesse caminho, o homem smithiano é abandonado e, em seu lugar, reina o *homo economicus*. Dessa maneira, maior destaque será dado, ao longo do trabalho, a Adam Smith, “pai” da economia, e a John Stuart Mill, “pai” do *homo economicus*.

2 A percepção smithiana sobre a conduta humana

A publicação de **Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações** (RN), por Adam Smith, em 1776, é convencionalmente referida como o nascimento da economia enquanto disciplina autônoma. Apesar de esse trabalho ser o mais conhecido do autor, ele próprio intitulou **Teoria dos sentimentos morais** (TSM) como seu livro mais importante.¹ Diversas interpretações² compreendem que, em TSM, Smith se centrou na moral, sob influência de Francis Hutcheson (1694-1746) e David Hume (1711-1776), explorando o desejo humano de ser aprovado através do autocontrole, atingindo, assim, a **simpatia**³.

Inversamente, em RN, Smith teria explorado outro universo separado, a economia, tendo influência de Thomas Hobbes (1588-1679), Bernard de Mandeville (1670-1733) e Claude Adrien Helvétius (1715-1771). Nesse caso, haveria uma ruptura com a metafísica e com a moralidade, o que significa uma dissociação do mundo do **egoísmo** (economia) ao mundo da simpatia (moralidade), as quais poderiam ser analisadas em diversos prismas sem conflitos. Sob tal contexto, o homem, na economia, age de maneira egoísta. Essa separação marcaria a emancipação da economia em relação à filosofia, percepção referendada pela célebre frase:

¹ Torres (1998) e Ganem (2000) firmam que o próprio Smith intitulou TSM como seu livro mais importante.

² Dentre aqueles que assim observam, cabe destacar os que pertencem à Escola Histórica Alemã, tais como Roscher (1843), Hildebrand (1848), Knies (1853) e Schmoller (1870), além de Albert Hirschman (1977), Louis Dumont (1977), Jacob Viner (1927) e Skarynski (1878). Ver Ganem (2000).

³ Mais adiante, será aprofundada a concepção desse termo.

Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do pai-deiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles (Smith, 1996, p. 74).

Embora o debate em torno da percepção do homem por Adam Smith seja extenso⁴ e propenso a diversas controvérsias, a visão⁵ de que há continuidade ao longo de sua obra é presentemente majoritária. Esse entendimento se funda em elementos factuais⁶ e também nos argumentos interpretativos. Smith, em TSM, apresenta um homem preocupado em obter a aprovação da sociedade; em busca desta, ele se assenta no **autodomínio**.

O homem descrito por Smith tem sua natureza sociável e responde às virtudes com recompensas e impõe punição aos vícios, de forma que se empenha para obter um comportamento virtuoso, o que faz com que ele emane simpatia, adquirida a partir do compartilhamento das paixões. Ao mesmo tempo, há nele um **espectador imparcial**, o juiz da conduta. Esse espectador autoavalia-se⁷, controlando suas ações.

Essa perspectiva conduz à moralidade e permite ainda que o homem seja apto a agir acima de seu interesse. Smith expõe ainda que as virtudes morais variam de acordo com a conveniência. Em assim procedendo, o sujeito egoísta está submetido à sociabilização (aprovação de terceiros) e ao espectador imparcial dele mesmo — autodomínio, que permite o ajuste do egoísmo ao desejo de ser sociável e conveniente, desencadeando em redução de paixões egoístas (Lux, 1993).

O homem smithiano analisa também se o comportamento é decente ou deselegante, passível de recompensa ou de punição. Todo esse processo de investigação própria e alheia encoraja a moderar os sentimentos. Quando o espectador imparcial se aprova, há simpatia consigo, ou **amor-próprio**⁸. Dessa forma, o amor-próprio está vinculado com o julgamento do

⁴ **Das Adam Smith Problem** debate se a TSM foi esquecida por Smith, enquanto este relata o comportamento humano na RN.

⁵ Richard Zeyss (1889), Paszkowski's (1890), Hasbach (1891) e Delatour (1896). Ver Ganem (2000).

⁶ Ganem (2000) destaca que, na publicação **Lectures on jurisprudence**, o próprio autor efetuou a relação entre as duas obras, informando em seus últimos escritos que concebe sua obra como algo unificado.

⁷ A autoanálise é herança de David Hume.

⁸ No texto original, há o *self-love* e o *self-interest*, ambos entendidos como egoísmo. O primeiro, contudo, significa autoestima; respeito por si como se outro fosse. O segundo é autointeressado, mas também prudente, não prejudica outrem, o que é necessário à aprovação do espectador imparcial e do aval social (Torres, 1998).

“terceiro”, mas que, nesse caso, é de si, ou seja, o julgamento dos nossos próprios atos deriva do julgamento feito a outrem (Torres, 1998).

Além da simpatia como chave da sociabilidade, que regula a conduta humana, Smith considera ainda outras paixões como a bondade, a generosidade, a compaixão, a amizade, a beneficência e a justiça. Nesta busca, a paciência, a probidade, a prudência e a franqueza são desejáveis. Cabe ainda “[...] o amor ao que é honrado, nobre, à grandeza, dignidade e superioridade de nossos próprios caracteres” (Smith, 1999, p. 167).

Smith entende ainda que o homem não pode exagerar na estima por si, evitando a desaprovação. Assim, mesmo que haja o interesse próprio, este está sob o controle do espectador imparcial que investiga o interesse pessoal, ou seja, há conciliação do interesse próprio com o dos outros. O indivíduo virtuoso “[...] age de acordo com as regras da perfeita prudência, da justiça estrita e da benevolência adequada” (Smith, 1999, p. 297).

Contudo esse mesmo homem que se vigia, que procura a virtude e a aceitação, também efetua trocas — justo o ponto de controvérsias. Entretanto, trata-se de um caso particular de sociabilização: a econômica. Esta se dá pela troca de trabalho, que é a cooperação para a sobrevivência. Cada fragmento da sociedade efetua uma parcela de trabalho e troca pelo trabalho dos demais. O padeiro faz uma parte e contribui para a harmonia social, evitando que o trabalho necessário para a subsistência seja implementado isoladamente.

Smith acrescenta que o homem, na sociabilidade econômica, busca o seu interesse, a riqueza, mas sem violar a lei da justiça⁹, mesmo que essa relação seja a mais impessoal. Desse modo, o egoísmo em Smith significa a meta do ganho, escolher o melhor para si. Sujeito, no entanto, à sociabilidade geral, que exige moderação de vícios para não ser desaprovado e manter a simpatia, um comportamento econômico que observa a conduta moral nos limites da prudência.

Há, no homem, também o prazer no benefício alheio:

Por mais egoísta que se suponha o homem, evidentemente há alguns princípios em sua natureza que o fazem interessar-se pela sorte dos outros, e considera a felicidade deles necessária para si mesmo, embora nada extraia disso senão o prazer de assistir a ela (Smith, 1999, p. 5).

[Assim] na corrida por riqueza, honras, e privilégios, poderá correr o mais que puder, tensionando cada nervo e cada músculo, para superar todos os seus competidores. Mas se empurra ou derruba qualquer um destes, a tolerância dos espectadores acaba de todo. É uma violação à equidade, que não podem aceitar (Smith, 1999, p. 104).

⁹ Este caso seria o de uma sociedade tida como aperfeiçoada.

O egoísmo em Smith está, portanto, restrito à busca da riqueza de forma digna, mas ele é socialmente aceito, já que é polido pela moralidade. Dessa maneira, as relações econômicas estão submersas nas relações sociais (morais) e não se separam, sendo a convivência adequada à socialização.

A toda sorte, calcados nas bases do egoísmo em Smith, pensadores elaboraram proposições que buscam, no comportamento humano, a fundamentação das leis econômicas. Embora Smith estivesse assentado nas premissas que vislumbram a iniciativa individual e a propriedade privada como motivações para o ganho, o progresso da ciência econômica deixou o homem mais individualista na busca de seu lucro.

David Ricardo (1771-1823) torna a economia mais objetiva, com leis universais, eliminando parte do **subjativismo**¹⁰ de TSM. Mesmo que ele não foque no indivíduo, também entende que a dimensão máxima do homem reside no autointeresse (Fonseca, 2003). O homem, sob o prisma teórico, passa a “[...] preferir mais a menos, escolher a mais alta taxa de rentabilidade, minimizar os custos unitários e, sobretudo, prosseguir o interesse próprio **sem qualquer atenção explícita para o bem-estar dos outros**” (Blaug, 1994, p. 323-324, grifo nosso). Desse modo, há um equívoco ao se considerar que o rumo tomado pela ciência econômica, que será esmiuçado na seção seguinte, está referendado pelas considerações de Smith no que toca ao egoísmo humano.

Smith considera ser a interação do agente com o grupo a fonte de transformação do homem em ser moral. Dessa maneira, o individualismo firmado ao longo do caminho da ciência econômica é diferente da concepção desse pensador. A economia emancipou-se da filosofia moral com “mutilações” do pensamento smithiano, de tal forma que foi se separando das ciências sociais.

Logo, a interpretação da frase célebre antes citada é parcial e descontextualizada do resto da obra de Smith, já que a busca do interesse próprio está em consonância com a adequação do convívio social. No capítulo em que ela se encontra, Smith intenta demonstrar como as pessoas são mutuamente dependentes, de forma a delinear a divisão do trabalho (Lux, 1993). Ao que parece, entender a economia exige compreensão da filosofia moral, ao menos em Smith.

Ainda assim, para os autores posteriores a Smith, entretanto, e mesmo na formação dos economistas, a versão padronizada é outra. Pode ela ser

¹⁰ Prado (1991) conceitua o subjativismo como um modo de interpretar a experiência comunicativa, tomando o conhecimento a partir de um espelhamento perceptível no mundo exterior ou no mundo interior.

textualmente observada em obras especializadas, que, ao se referirem a Smith, informam que era necessário atribuir:

[...] um papel socialmente positivo ao egoísmo: esta operação é o que caracteriza o pensamento de Smith [...] um comportamento correspondente ao objetivo egoísta justifica-se [...] quando um indivíduo se esforça por conseguir a maior vantagem pessoal na troca, vai mais além de sua própria vantagem, de tal sorte que seja máxima a disponibilidade de bens para todos [...]. Os vícios que Mandeville denominava “vícios privados”, e que no mecanismo da produção e da troca seriam, transformados em “virtudes públicas”, para Smith não constituíam realmente em vícios, sequer no plano privado; tratava-se isso sim, de tendências também positivas (Napoleoni, 1987, p. 46-47).

Napoleoni (1987), portanto, não apenas aproxima Smith de Mandeville, com vai além, diz que o que era vício em Mandeville, se torna virtude em Smith, saudando, nesse sentido, o egoísmo. Parece estar no erro de interpretação a origem da controvérsia. Contudo, a mudança ocorrida no que tange à postura egoísta do homem teve outros motivadores que não apenas a descontextualização da obra de Smith. Dessa maneira, faz-se necessário estudar como se deu essa ruptura e quais são os nexos que explicam tal alteração, para ser possível, subseqüentemente, analisar os resultados desse percurso.

3 Elementos que influenciam na ênfase do egoísmo

Entre a concepção que Smith tinha sobre o egoísmo humano e a transformação subseqüente desse comportamento, há uma larga distância. Não apenas porque parte da obra de Smith ficou esquecida, mas muito fundamentalmente por outras influências que penetraram na ciência econômica, desde conceitos filosóficos, passando por questões da própria metodologia da ciência, até a necessidade de limitar o escopo de estudo da ciência econômica. Essas mudanças não se deram, no entanto, sem contradições e confusões de conceitos — houve ainda fragmentos da análise smithiana, parcialmente ignorada. Impõe-se, portanto, a desconstrução desse caminho, ou seja, analisar as principais influências¹¹ sobre esse rumo de forma segmentada, a partir dos elementos que explicam essa variação.

¹¹ Não é pretensão desta seção analisar detalhadamente cada um dos elementos em sua extensão. Ao contrário, para não se perder o foco deste estudo, buscar-se-á demonstrar como cada um deles contribuiu no movimento observado que rumo ao homem egoísta.

O individualismo foi um dos elementos que auxiliou o agente econômico a ficar mais egoísta. E esse agente é o ponto de partida na análise dos efeitos da conduta humana na ciência econômica. Contudo, no tempo em que se usa o termo “individualismo” se torna indispensável descortinar o seu significado e clarear confusões existentes em torno desse conceito.

A palavra “individualismo” é utilizada para designar diferentes significados, embora eles se interpenetrem, quais sejam: (a) para fazer referência ao isolamento de um indivíduo, seja de outras pessoas, seja de relações sociais; (b) para explicar ou defender ideais de liberdade individual; (c) para se analisar um determinado fenômeno a partir das reações dos indivíduos, ou seja, explicar algo com base na conduta individual e; (d) para se referir à conduta de um homem que coloca o seu interesse acima do interesse da coletividade, ou que tem desinteresse pela individualidade de outro homem ou ainda se despreocupa e despreza os demais membros da sociedade.

Feita essa breve classificação, cabe detalhar alguns destes pontos, os quais geram confusões de conceitos, já que facetas do individualismo penetraram na ciência econômica direta ou indiretamente, inclusive fortificando a assunção do egoísmo dos homens.

O individualismo é visto por Aguiar e Bianchi (2009) como um fruto da Renascença, ou seja, sua origem é anterior a Smith. Entretanto, este movimento tem íntima relação com o individualismo metodológico, o qual se firmou em um período posterior. Dessa maneira, cabe retomar a solidificação do individualismo.

Autores antes citados, como Hobbes e o Mandeville, estão entre aqueles enquadrados na filosofia individualista. O primeiro via o homem como intrinsecamente egoísta, e o segundo encontra nesse sentimento o progresso do capitalismo. O individualismo é abordado pelos autores no sentido de colocar o seu interesse acima do interesse dos demais. Porém, essa filosofia se disseminava no mesmo tempo da expansão capitalista e serviu de base para argumentações dos ideais liberais.

Por esse motivo, esses dois conceitos são comumente confundidos e cabe distingui-los, para melhor analisá-los. Sob a ideologia liberal, o ser humano deve ser livre e independente para seguir seus impulsos privados por lucro. As restrições de concorrência e de comércio deveriam ser eliminadas para permitir a livre iniciativa¹². Na época de seu surgimento, a sociedade buscava espaço para desenvolver as liberdades.

¹² O individualismo é confundido com liberalismo, que, por sua vez, é confundido com capitalismo. Não é do escopo do presente estudo detalhar o que é entendido por liberalismo e quais posições estão sob esse conceito. Note-se certa sobreposição desses conceitos em Souza (2005), Keynes (1983), e mesmo em Hayek (1968) e Hunt (1989). Cumpre, no entanto, clarear que se tratam de diferentes conjuntos de ideias, mesmo que interligadas.

De outro lado, o individualismo também se refere à preeminência do indivíduo sobre a coletividade, ou então a um comportamento egoísta, embora haja, na primeira caracterização, conexão com o liberalismo. Parte dessa interpenetração se dá porque, em ambas as visões, o indivíduo vem antes da sociedade, sendo guiado pelo autointeresse. Mesmo em Hunt (1985, p. 50), nota-se a sobreposição desses conceitos nas seguintes sentenças:

A economia de mercado capitalista, que se estava ampliando significativamente em áreas muito importantes da produção e do comércio, precisava de um comportamento baseado na iniciativa individual, aquisitivo, para funcionar bem. Neste contexto, começam a aparecer novas teorias sobre o comportamento humano. Autores começam a afirmar que os motivos pessoais e egoístas eram os motivos básicos — quando não os únicos — que levavam o homem a agir [...]. As doutrinas individualistas e egoístas foram defendidas por estes homens [capitalistas] e começaram a dominar o pensamento econômico [...]. Das idéias dos capitalistas sobre a natureza humana e de suas necessidades de serem livres das grandes restrições econômicas é que nasceu a filosofia do individualismo, que serviu de base para o liberalismo clássico.

Assim, para explicar ou defender o liberalismo, o comportamento individualista servia de base teórica. John Locke (1632-1704) é o expoente que defende os direitos individuais, a defesa da propriedade privada, a liberdade individual (Paulani, 1999). Locke entendia que a identidade do indivíduo não pode ser aferida a partir do corpo organizado de um conjunto social, ou seja, ele pontua que os indivíduos precedem a sociedade e que essa é a união de indivíduos. Logo, é a partir daquele que ela é explicada. Em sua obra, o autor centra-se no indivíduo, auxiliando, assim, a fortificar o individualismo. Nele o homem é o sujeito, é quem faz a sociedade. De qualquer forma, o autor não vê os homens isolados de relações sociais, eles estão submersos em uma teia moral e subordinados a uma ordem que transcende a individualidade. O sujeito lockiano não é isolado e nem absoluto, ao contrário, é dependente da organização social (Aguiar; Bianchi, 2009). Na teorização de Locke, há a defesa da liberdade e também há raízes do individualismo metodológico¹³, mas de forma diferenciada daquela presente na ciência econômica.

Sob o pano de fundo do iluminismo, o homem fica mais central na análise. Há uma confiança na consciência e na capacidade de cada um, pois todos sabem o que é melhor para si, o que auxilia a fortificar o individualismo. O ser humano deveria ser independente, livre, guiar sua vida (Aguiar;

¹³ Temática abordada a seguir.

Bianchi, 2009). Entretanto, afirmar liberdades individuais é diferente de isolar o homem de relações sociais. O que por sua vez se distingue de analisar fenômenos a partir do indivíduo, o qual não possui relação com um indivíduo egoísta¹⁴. Mesmo assim, todas estas facetas do individualismo estão imbricadas na ciência econômica. Esses conceitos ficam justapostos na análise econômica e no agente econômico, devido a outras influências filosóficas e metodológicas, como o individualismo metodológico.

O individualismo metodológico é uma doutrina em que todos os fenômenos sociais são explicáveis em termos individuais. Porém, em sua forma mais extremada, esse método parte do indivíduo isolado de relações sociais para determinar as reações humanas. A partir de uma avaliação subjetiva do homem, ele é deslocado de seu meio cultural, histórico e ético, tidos como dados¹⁵.

Nas raízes desse método, além de Locke, encontra-se René Descartes (1596-1650), pois esse autor considera que o todo é a soma das partes. Ao se adaptar tal percepção às ciências sociais, entende-se que o comportamento do indivíduo é a parte que forma o todo. Assim, o pensamento analítico cartesiano referenda que, através do estudo segmentado, se compreende a totalidade (Teixeira, 2003).

Embora Smith parta das motivações humanas para explicar a economia política, é particularmente John Stuart Mill (1806-1873) quem faz aumentar o papel do indivíduo na construção metodológica da análise econômica. O referido autor explica os fenômenos sociais a partir do comportamento individual, restringindo-se a fatores econômicos. Ele faz entrar no escopo da economia a assunção dos homens a partir de suas características comuns e não das especificidades. Ainda assim, após a obra desse autor, acentuou-se o individualismo metodológico, já que Mill via o homem submerso numa rede de relações sociais, do mesmo modo que Locke.

Carl Menger (1840-1921) ratifica a posição de que era preciso entender a realidade a partir do indivíduo, já que o agregado era disperso e confuso. Mas, de modo mais extremado, o autor não era afeito à análise coletiva, chegando a ter aversão ao termo “interesse nacional”, pois essa expressão, ao ser utilizada, sugeria haver a possibilidade de ser separado o interesse de uma população dos interesses de seus integrantes. Agregado social era para o autor tão somente um compêndio de partes. Assim sendo, a percepção do indivíduo deveria ser a única analisada (Hunt, 1985).

¹⁴ Em Teixeira (2003), tais conceitos estão sobrepostos.

¹⁵ Ver Paulani (1995) e Hofmann e Pelaez (2008).

Dessa maneira, o individualismo metodológico faz as relações sociais desaparecerem da teoria econômica. Nesse momento¹⁶, o sujeito passa a ser pleno em suas ações. Particularmente, os neoclássicos analisam o homem de forma a não questionar outros valores que não o autointeresse¹⁷ (Paulani, 1998). Depois deles, esse método passa a considerar o agente como representativo da coletividade, os fenômenos sociais se embasando na concepção de homem autocentrado, com motivações subjetivas que explicam a ação econômica.

Na forma adotada na ciência econômica a partir de então, portanto, já se observa a junção entre um agente isolado e a análise a partir do indivíduo, ao contrário da visão lockiana. Sob a primeira visão, os agentes autônomos e isolados proporcionam o bem-estar social, haja vista que cada um fará o que é melhor para si, o que, dito em outras palavras, significa que a sociedade como um todo terá o melhor possível (Ganem, 2003). Começa, portanto, a clarear como o homem vai de independente a autocentrado, de autocentrado a isolado, de isolado a egoísta. Esse processo faz ainda a ciência econômica ir se afastando das demais ciências sociais, pois se entende suficiente o bastante para compreender os problemas, sem levar em conta aspectos históricos, culturais e políticos. Ou, dito de outra maneira, há a universalização dos fenômenos econômicos entendidos como comuns a qualquer forma de sociabilização¹⁸ (Teixeira, 2003).

A análise no nível individual deixa de considerar que o agente avalie algo que não é de seu interesse nas decisões, conforme conceituou Blaug (1994), ao indicar que, no interesse próprio, não haveria atenção ao bem-estar dos outros. Aqui, entretanto, já se observam raízes utilitaristas¹⁹, as quais possuem relações com outros conceitos e com eles são comumente misturados.

A despeito de já haver referências de ideias que organizavam as relações humanas com vista à “maior felicidade possível” no século XVIII, Jeremy Bentham (1748-1832) é quem dá forma e corpo à **filosofia utilitarista**. Nessa visão, o princípio da utilidade faz aprovar ou desaprovar alguma ação, de acordo com a tendência de aumentar ou diminuir a felicidade

¹⁶ Conforme será explicitado, há coerência também com o positivismo, o qual é avesso à metafísica.

¹⁷ Subseqüentemente outros elementos que auxiliaram nessa mudança serão melhor explorados.

¹⁸ Novamente em coerência com o positivismo, o qual intenta universalizar o método científico.

¹⁹ O utilitarismo é uma corrente filosófica ampla e que passou por mudanças de concepções ao longo do tempo. Busca-se aqui demonstrar que essas alterações se deram à medida que o utilitarismo penetrou na ciência econômica, assim como os seus impactos sobre ela.

de uma pessoa cujo interesse está em jogo²⁰. Utilidade é o que traz benefício, vantagem e bem, assim como é o que impede dano, mal e dor. Buscase, de acordo com esse princípio, maximizar o prazer e minimizar a dor. Para Bentham, todas as motivações humanas são advindas do desejo de maximizar a diferença entre essas duas sensações, as quais são vistas como iguais, porém simétricas. Esse é considerado o âmago de todo o comportamento e das decisões humanas, em todos os locais, em qualquer tempo²¹. Assim, cada um age para o seu interesse, em suas palavras: “No curso geral da vida, em todo o coração humano, o interesse próprio predomina sobre todos os outros interesses em conjunto... A preferência por si tem lugar em toda parte” (Bentham²², 1954, p. 421 apud Hunt, 1985, p. 148). Há, aqui, sim, visível influência de Hobbes e sua caracterização egoísta do homem. Este último pensador via inclusive a compaixão como um disfarce ao autointeresse.

Conforme se verificará, o autor deixa essa herança à economia. Mas há ainda outros elementos que vêm confluir posteriormente à construção metodológica da economia. Para ele, “comunidade” era uma abstração, já que ela é tão somente a soma de indivíduos. Ou seja, os interesses da sociedade podem ser atingidos pela soma de interesses individuais²³. Assim sendo, se cada um cuidar de seus interesses, atingir-se-á o interesse geral, e até mesmo a obediência civil se justifica apenas se ela contribuir para a felicidade (Paulani, 1999). Note-se a junção que esse princípio traz dos interesses particulares com o geral. Há, nesse caso, certos traços de Helvétius, que entendia ser a conduta humana fundamentada nos interesses individuais (Paulani, 2005).

Sob essa roupagem é que o utilitarismo penetra com vigor na economia. Embora Bentham entenda que as ações dos homens são sempre guiadas pelo seu interesse, sua interpretação de “interesse” se refere a qualquer objeto de desejo humano. Mill, de outra forma, prefere ater-se ao interesse material: “[...] os seres humanos são governados, em todas as suas ações, por seus interesses materiais” (Mill, 1999, p. 88), assumindo, desse modo, o princípio da utilidade.

Jean-Baptiste Say (1767-1832) vê a utilidade como a maneira de medir o valor dos bens, ou seja, a utilidade é agregada ao longo do processo produtivo (Hunt, 1985). William Nassau Senior (1790-1864) elabora o princípio,

²⁰ Ver Schumpeter (1964), Paulani (2005) e Lux (1993).

²¹ Subsequentemente ficará explícita a confluência com o positivismo.

²² BENTHAM, J. **Jeremy Bentham's economic writings**. Londres: Allen & Unwin, 1954. v. 3.

²³ Nota-se o entrelace com o individualismo metodológico.

em forma de axioma, de que todas as pessoas desejam maximizar a riqueza com o mínimo de sacrifício. Passa a ser assumido, de forma mais intensa, portanto, a premissa de que as ações dos homens são determinadas pelos seus interesses, os quais não são saciáveis, além de se trabalhar com o conceito de que as motivações intrínsecas da natureza humana refletem o ser humano em geral.

Mesmo Mill entendendo ser o esquema utilitarista inadequado e de pouca aplicabilidade, auxiliou sua penetração na economia (Schumpeter, 1964). Desse modo, a visão de que os homens buscam o melhor para si tão somente vai se firmando na economia e, portanto, transfigurando a concepção smithiana.

Apesar disso, Keynes (1983) expõe que Bentham não achava fundamento razoável para deixar de preferir a felicidade de um indivíduo à de outro, nem no caso de preferir a própria felicidade em troca da felicidade de um terceiro. Mas isso contradiz a premissa básica do utilitarismo e traz um dilema moral, pois seguir o seu interesse inclui aceitar suborno, ser desonesto e deixar a sua felicidade acima da dos demais.

Os marginalistas, contudo, percebem esse conflito e o solucionam. A natureza humana passa a ser formulada matematicamente com base na visão utilitarista, de forma a captar a variação na margem da utilidade, medindo, portanto, a determinação dos valores pelos indivíduos. Contudo, a partir dos marginalistas, é desconsiderada qualquer outra motivação que não o autointeresse. Nesse sentido, Hunt (1985) entende que os marginalistas resgatam o utilitarismo de Bentham, ao ignorar outras motivações, e o redefinem, sendo mais benthamitas do que o próprio autor.

Absorvida essa premissa já está quando William Stanley Jevons (1835-1882) entende que buscamos “[...] satisfazer ao máximo às nossas necessidades com o mínimo de esforço — obter o máximo do desejável à custa do mínimo indesejável — em outras palavras, maximizar o prazer é o problema da Economia” (Jevons, 1988, p. 47). Para o autor, o utilitarismo era a única base possível da teoria econômica.

Esse movimento deixa o autointeresse no centro das hipóteses de conduta humana. Ele passa a ser a única motivação considerada. Nesse momento, as ações humanas são tidas como movidas apenas pelo seu interesse, e assim se mantêm na teoria convencional²⁴. Nesses termos, a atitude não mais é julgada certa ou errada, boa ou má, ou, como pontua Jevons: a economia estuda como os homens são e não como deveriam ser. Da mesma forma, essa concepção se solidifica a despeito da discordância de Mill

²⁴ Perdura, dessa maneira, no cerne da teoria convencional, o interesse próprio como a única motivação humana considerada (Hunt, 1985).

em isolar apenas uma motivação para explicar os fenômenos sociais e passa a ser o único fator da ação humana estudada em economia, passo que se coaduna com o positivismo²⁵ (Mill, 1999).

No arcabouço positivista está a assunção de que a partir das partes se entende o todo, casando-o com o individualismo metodológico. Há, ainda, a aversão à metafísica²⁶. Nesse aspecto, há a tentativa, no positivismo, de banir as especulações tidas como metafísicas, negando-se a “essência” das coisas. À ciência cabe o estudo do plano fenomênico, ou seja, observar “como” elas são e como se relacionam e não o “porquê”. Já à metafísica se admite estudar o que são elas.

Apesar das alterações ocorridas no positivismo, alguns pilares básicos não se modificam. Justamente esses são os que importam no presente estudo, já que determinam os rumos da ciência econômica no que toca o objeto em estudo. São eles: (a) a percepção de que a sociedade é regida por leis naturais e invariáveis; (b) a visão de que a sociedade pode ser pesquisada com os mesmos métodos que as ciências naturais; e (c) o consenso de que a ciência deve se distanciar dos juízos de valor (Teixeira, 2003).

O distanciamento dos juízos de valor se interpenetra no tema central do presente estudo. E, por esse motivo, cumpre detalhar como se deu esse processo. Ele acentua um forte traço positivista: a ideia de que a filosofia não tem propriedade para explicar os fenômenos. Ao se apegar aos fatos, relega ao normativo a avaliação dos valores. Assim, a ciência detém-se em descrições, não em normas, nem declarações éticas formais ou prescrições²⁷.

²⁵ O positivismo é um movimento intelectual amplo e que passa por algumas transformações. Ele se inicia bebendo no empirismo de Francis Bacon (1561-1626), com o chamado positivismo clássico de Auguste Comte (1798-1857), segue com o positivismo lógico, do Círculo de Viena, passando também pelo empiricismo lógico. A despeito de existirem diferenças não desprezíveis entre tais visões, elas serão aqui suprimidas, uma vez que o âmago da questão abordada está presente em todas elas.

²⁶ Os positivistas entendem que está no escopo da metafísica tudo o que se afasta do mundo fenomênico. Ou seja, o que não se pode ver, sentir, tocar. Se está além dos cinco sentidos humanos, é do campo de profetas e místicos (Teixeira, 2003).

²⁷ Mesmo essa divisão deixa espaços para controvérsias, podendo, por exemplo, asserções factuais terem juízos de atitude e normas serem enunciados descritivos. No tempo em que a economia positiva determina o seu método, é estipulada uma convenção, uma norma, deliberação coletiva. Ponto de absoluta contradição. Ao se escolher o que é científico, normaliza-se. Pode ainda o fato se montar em um consenso coletivo, e isso deve ser aceito entre os cientistas. O debate sobre a ciência social isenta de valores, ou não, permite o espaço para alegar que a comunidade científica aceita determinados valores conjuntamente e expurga outros, sem esquecer a seleção arbitrária de hipóteses, com destaque para as não factíveis, como o *homem econômico*. Schumpeter (1964) afirma que, ao mesmo tempo em que os economistas definem a ciência como isenta, debatem a distribuição de riqueza e têm certo desconforto com a desigualdade social, sentimento cercado de moralidade. A

Desse modo, à medida que o positivismo passou a obter influência na economia política, objetos de pesquisa a que Smith se dedicou foram mutilados do escopo da ciência. Os economistas passaram a interpretar que a ciência econômica não deveria discutir a conduta humana, e sim se apegar a fatos econômicos: “[...] a Senior devemos a primeira exposição da agora familiar distinção entre uma pura e estritamente positiva **ciência** e uma impura e inerentemente normativa **arte** da economia” (Blaug, 1994, p. 101, grifo do autor). Senior destaca enfaticamente que o economista não está autorizado a proferir orientações. Ele acentua ainda que não está no escopo da economia política o estudo do bem-estar, já que tal tema se entrelaça com questões éticas, e como estas últimas não são sujeitas a confirmações científicas, é melhor banir qualquer dos traços morais para não comprometer o avanço científico (Schumpeter, 1964; Hunt, 1985).

Na esteira dessas posições, Mill detalha essa divisão de verdades materiais e regras normativas na preocupação de demarcar os limites da ciência: “[...] uma negocia com fatos [...] a outra com preceitos. A ciência é uma coleção de verdades; a Arte, um corpo de regras ou direções de conduta” (Mill, 1974, p. 293). Mas não necessariamente ela está proibida de se relacionar com a ciência “[...] a Arte se propõe um fim a ser atingido, o define e entrega à ciência. A ciência o recebe considerando-o como um fenômeno ou efeito a ser estudado e, tendo investigado suas causas e condições, envia-o à Arte” (Mill, 1999, p. 146-147). Mesmo assim, Smith, de acordo com o autor, haveria misturado a ciência com a arte.

Posição esta defendida também por Marie-Esprit-Léon Walras (1834-1910). O autor critica Smith alegando que ele confundiu a justiça com o interesse, entende ainda que é impossível a ciência ser natural e moral ao mesmo tempo (Valentin, 2003). A concepção que Smith tem da economia política está, para ele, predominantemente composta por “arte” e não pela “ciência” (Walras, 1988, p. 12).

Walras, entretanto, faz uma distinção tripartite²⁸: há “ciência”, “arte” e “moral”. A primeira observa relações, expõe-nas e explica-as. A segunda aconselha e prescreve. Já a moral estuda “o que deve ser” do ponto de vista da justiça. Assim, a arte se refere à relação entre “coisas e pessoas”; e a moral, apenas entre “pessoas”.

tentativa do economista de se furtar de juízos de valor o priva de análises frutuosas em diversas áreas de investigação. O tema é detalhado em Blaug (1994) e em Prado (1991).

²⁸ Cumpre assinalar que John Neville Keynes (1852-1949) também havia separado em três: ciência positiva, ciência normativa e arte. A primeira, com uniformidades; a segunda, com ideais; e a terceira, com regras. Mesmo assim, manteve-se a distinção efetuada por Senior e Mill: ciência e arte, sendo esta última a soma dos conceitos de arte e moral, sob a avaliação de Walras. Elas ficam denominadas ciências positiva e normativa (Blaug, 1994).

O autor define ciência como Senior, mas divide a “arte” em duas. Mais precisamente: “[...] aquilo que deve ser, do ponto de vista do interesse, é o objeto da ciência aplicada ou arte, aquilo que deve ser, do ponto de vista da justiça, é o objeto da ciência moral ou da moral” (Walras, 1988, p. 19).

Ele acentua que “[...] o caráter da ciência propriamente dita é o completo desinteresse por qualquer consequência vantajosa ou prejudicial quando se dedica à busca da verdade pura” (Walras, 1988, p.12). Nessa mesma linha, Menger afirma serem os valores estranhos à ciência, pois procura apreender a realidade concreta e não a desejada²⁹.

Com a revolução marginalista, portanto, a visão positiva de que as leis regem o sistema econômico se acentua. Dentre essas leis, a conduta do homem e suas decisões. Se as decisões são boas ou más, não compete à economia discutir. Em assim procedendo, foram afastadas enfaticamente as questões morais do campo de estudo da economia. Fica proibido fazer alguma crítica às proposições da teoria econômica baseadas em preceitos humanísticos ou éticos, pois cairiam no campo da normatividade. Na perspectiva walrasiana, a economia estudaria, no máximo, arte, embora, em suas pesquisas, ele tenha se dedicado apenas à ciência.

Logo, a economia deve abster-se de julgamentos de valor na busca da verdade, vendo a realidade como ela é. Já nos estudos com proposições não testáveis como ideologia, cultura e fé, a metafísica passa a ser admitida (Fonseca, 2003). Esse processo acaba por enraizar o postulado de que o homem é intrinsecamente egoísta, já que deixa de questioná-lo, por não entender ser do escopo científico discutir tal tema; ainda assim, toma-o como lei geral, em qualquer sociedade — coadunando-se com o individualismo metodológico.

A partir de então, pode adentrar na teoria econômica o que é puro, livre de valores. Devem ser descartados padrões de sociabilização, limites de conduta social da análise econômica. Mesmo que algum pesquisador permitisse que seus valores pessoais interferissem no objeto de estudo, a intersubjetividade a eliminaria. Ou seja, a comunidade científica expurgaria tais considerações impuras, restando, dessa maneira, a ciência correta, que se aplica a todos os povos, a todos os sistemas sociais, e que explica o comportamento de maneira universal (Teixeira, 2003).

Ainda que Walras, resgatando Mill e Senior, sublinhe que a ciência tem seu interesse na teoria, ele considera que a arte pode e deve utilizar a ciência. Ou seja, ele reconhece que existem pontos de contato entre a ciência e a arte. Mais do que isso, assume que a arte valoriza as descobertas feitas

²⁹ A partir dos marginalistas, praticamente todos os neoclássicos assumem essa posição (Hunt, 1989).

pela ciência, pois as tornam úteis à sociedade. Mesmo que ele aplauda o bem e a justiça, mantém-nas fora dos limites da economia política (Walras, 1988).

O movimento ocorrido nos fatores apresentados anteriormente explica a metamorfose metodológica ocorrida na economia. Nesse desencadear, de um lado, há um agente econômico que faz o melhor para si, pesando seus fins e seus meios (utilitarismo); de outro, esse agente reina no centro da análise (individualismo metodológico) e é isolado dos fenômenos sociais (faceta do individualismo). É assumido ainda que natureza humana é intrinsecamente e invariavelmente autointeressada, em qualquer local e em qualquer tempo (positivismo e utilitarismo). Adicionalmente, o egoísmo é separado dos aspectos morais, os quais deixam de ser questionados (positivismo).

Assim, as intenções individuais, base do individualismo metodológico, são resumidas ao interesse próprio, tido como o objetivo único do homem. Unindo-se tudo isso à leitura parcelar de Smith, explorada na segunda seção, há o deságue na distorção do egoísmo smithiano e a mudança conceitual desse postulado na teoria econômica, alteração esta tida como coerente com o autor, ou seja, como se ele assim o entendesse.

O novo agente econômico apenas efetua o balanço entre fins e meios, sem juízo moral. Não que os utilitaristas aprovelem atitudes tidas como equivocadas pelos moralistas, mas apenas não discutem esse mérito, em consonância com o positivismo. Ou seja, o que é útil ou eficaz é visto sem a análise do que é bom ou mau.

Há um “casamento” entre o individualismo e o egoísmo na ciência econômica. Isto porque a análise a partir do isolamento dos indivíduos é facilmente associada ao distanciamento entre eles e, com a adjacência do interesse próprio sem o peso moral, leva à “desmoralização” do agente econômico. Ou seja, esse agente deixa seu interesse acima dos interesses coletivos e até se despreocupa com a coletividade, ou então deixa de avaliar o impacto negativo de suas atitudes perante os demais.

Como resultado, chega-se ao egoísmo que combate o semelhante, presente, por exemplo, na concorrência de mercado. E, novamente com traços positivistas, esse sentimento é visto como condição de todos os seres humanos, em todas as sociedades e em todos os lugares, de qualquer época.

A esse ponto, torna-se patente a dissociação ocorrida na ciência econômica, enquanto esta se distanciou da filosofia moral e deixou de avaliar relevantes fatores da conduta humana. Na revolução marginalista, a radicalização positivista faz Walras se referir à ciência como economia pura, isenta, portanto, dos juízos e dos valores.

Importa ressaltar que Mill e Walras não achavam pouco relevante o estudo sobre valores humanos e sua conexão com a economia. Ainda assim, acabaram por não se deter em tais estudos, mesmo que aconselhassem que devessem ser feitos. O percurso por eles dado que solidificou essa fragmentação acabou por determinar que esses temas ficassem à margem dos estudos da ciência econômica. Ela passa a se centrar na metamorfose do homem smithiano, qual seja, o *homo economicus*.

4 As motivações do *homo economicus*, suas contradições e confusões decorrentes dessa definição

É Mill quem fundamenta o conhecimento econômico como *a priori* psicológico, e John Neville Keynes (1852-1949) complementa-o posteriormente. Cabe destacar passagens que serviram de leito ao recém-nascido **homem econômico**³⁰:

A economia política considera a humanidade ocupada unicamente na aquisição e consumo da riqueza [...]. Não que qualquer economista político alguma vez tenha sido tão absurdo que supusesse que a humanidade é de facto assim constituída, mas porque esta é a forma pela qual a ciência deve necessariamente progredir. [Mesmo assim, ele pontua que] talvez não haja uma acção na vida de um homem em que ele não esteja sob a imediata ou remota influência de um outro impulso que não o mero desejo de riqueza (Mill³¹, 1967, p. 321-323 apud Blaug, 1994, p. 102).

[Deste modo] [...] nas investigações sociais uma generalização aproximada equivale, para a maior parte das finalidades práticas, a uma generalização exata, pois aquilo que é somente provável quando afirmado de seres humanos individuais indiscriminadamente selecionados é certo quando afirmado do carácter e conduta coletiva das massas (Mill, 1999, p. 45).

Tais considerações fundaram-se na introspecção, na reflexão sobre si: “[...] supostos conhecimentos imediatos que a mente humana, em razão de sua própria natureza, teria condições de obter sobre si mesma” (Prado, 1991, p. 12). Mill deixa claro entender que tal consideração não engloba o homem como ele é, mas que trabalha com um “homem fictício”. Contudo,

³⁰ Mill não chegou a utilizar o termo *homo economicus*, mas este foi cunhado em referência ao seu trabalho (Paulani, 1998).

³¹ MILL, J. S. **Collected works, essays on economics and society**. Toronto: University of Toronto Press, 1967. v. 4.

“[...] por razão de ordem metodológica, supõe-se aí que os homens são guiados nessa esfera apenas por motivações de natureza pecuniária e que lhes interessam apenas as coisas traduzidas em dinheiro” (Mill, 1974, p. 301).

Aqui há uma contradição no pensamento milliano. Em Mill (1999), o autor assume que os fenômenos sociais não podem ser explicados por uma única motivação. Isto porque neles há uma extensa complexidade que move os fatos sociais. Dessa maneira, as ciências sociais devem observar as várias influências que geram determinado fenômeno.

Entretanto, conforme o já exposto, para a economia política, Mill muda de posição. Tendo por objetivo firmar uma ciência autônoma e separada da filosofia moral smithiana, ele advoga que deve ser isolado o desejo de riqueza para se analisar os fenômenos econômicos. O autor, portanto, auxilia a erguer o método de pesquisa econômica com base em uma única motivação, mesmo que ele próprio critique a assunção de que os homens são guiados sempre pelos seus próprios interesses³².

Em meio a contradições, Mill define que a economia política é a “[...] ciência moral ou psicológica que trata dos comportamentos humanos em sociedade, orientados para a obtenção de riqueza” (Prado, 1991, p. 67). Blaug (1994) salienta que não se encontra algo semelhante ao homem econômico de Mill na obra de Smith. Neville Keynes, apesar de entender que os teoremas sobre os fatores sempre tenham implicações éticas, acaba por considerar, de forma confusa, que a economia deve se preocupar com as “leis econômicas”, ou seja, com os fatos, aqueles que influenciam a conduta humana, dito mais claramente: com o egoísmo.

Mesmo assim, essa hipótese fictícia torna-se o pilar básico, o **núcleo duro**³³ de todo o corpo teórico neoclássico subsequente. Mais do que isso, de certa forma, o postulado se “vivificou”:

E, desde então, o homem econômico tem sido descrito, de forma variável, como um axioma, uma verdade *a priori*, uma proposição auto-evidente, uma ficção útil, um tipo ideal, uma construção heurística, um facto indisputável da experiência e um comportamento típico do homem sob o capitalismo (Blaug, 1994, p. 126, grifo do autor).

A toda sorte, a demarcação de Walras consolida, na escola neoclássica, o pilar básico da derivação do comportamento em busca da maximização de vantagem pessoal, cabendo à ciência econômica estudar a ação que visa à acumulação e ao desfrute material. Ou seja, a reprodução e a circula-

³² Paulani (1998) entende ser um erro partir da natureza humana para explicar os fenômenos sociais enquanto se reconhecem as multiplicidades de motivações humanas.

³³ Parte não refutável da teoria. Hipóteses não falseáveis. Ver Blaug (1994).

ção de mercadorias e de capital partem da hipótese de egoísmo; que é observado nos indivíduos quando buscam obter o melhor para si com o menor esforço, solidificando-se, a esse ponto, a percepção de que o interesse próprio levaria ao bem-estar coletivo. Com base em interesses pessoais e intenções de ganho individual, a escola neoclássica mantém o indivíduo egoísta com papel central, trazendo um padrão comportamental para diferenciar a ciência da adivinhação (Monteiro, 2003). Dito de outra maneira, na concepção de Walras, ser isento e ver a realidade como ela é significa aceitar a hipótese introspectiva do agente egoísta.

Os conceitos que influenciaram na solidificação do postulado do egoísmo são, diversas vezes, confundidos. Desde a assunção de Smith sobre a busca do autointeresse até o egoísmo, posteriormente firmado, houve influência do individualismo metodológico. Esse termo traz, entretanto, a associação com um comportamento individualista em outro sentido, qual seja, de pensar apenas em si. Desse modo, consolidou-se a impressão de que a ciência econômica faz apologia do egoísmo. Ou seja, não apenas assume que os agentes são egoístas como mostra os benefícios desse comportamento. Isso faz aumentar as controvérsias sobre essas hipóteses. Lux (1993) argumenta que, no enfoque dissociado da moral, há espaço para o agente econômico ser desonesto, efetuar fraudes ou simplesmente não ter consideração com aquele que se transaciona³⁴.

Se apenas essas fossem as confusões de termos, seria simples dissociar, pois, enquanto o primeiro (individualismo metodológico) se refere a um método, o segundo (individualista) retrata uma determinada conduta humana. Entretanto, o comportamento individualista também é chamado de “egoísmo”, justamente a atitude que Smith descreveu como a busca da riqueza³⁵.

Com esse desenrolar, conforme tal comportamento foi abordado pelos autores anteriormente citados, o egoísmo smithiano sofreu uma metamorfose. Enquanto antes ele era moralmente condicionado, posteriormente ficou descompromissado dos preceitos morais, justamente pelas influências de outras concepções, como o positivismo, que indicava a necessidade de desvincular a ciência de valores morais. Lux (1993) interpreta ter, nessa divisória, “[...] um erro que permitiu que pessoas dotadas de intenções muito mais duvidosas que as de Smith [...] encontrassem a justificativa para seus pró-

³⁴ Evidentemente, não é intenção deste trabalho insinuar que tais emoções e atitudes não estão presentes nos indivíduos. Contudo, certamente, não são universais.

³⁵ Cumpre assinalar que esses conceitos são também comumente confundidos com a “maximização”, pois têm associação com otimizar a riqueza, que, por sua vez, é uma faceta da “racionalidade”, um conceito mais abrangente que abarca também o egoísmo, o utilitarismo, a transitividade de preferências, dentre outros.

prios interesses no nome e na obra de Smith” (Lux, 1993, p. 91). A despeito da ruptura ocorrida entre a moral e economia não ser consensual³⁶, ela foi hegemônica.

Robbins, entretanto, procura diferenciar o interesse próprio do egoísmo. Haveria uma “falha na compreensão”, até porque, no interesse próprio, poderiam ser inseridos desejos filantrópicos.

Pelo que nos diz respeito, nossos sujeitos econômicos podem ser egoístas puros, altruístas puros, ascetas puros, sensualistas puros ou — o que é mais provável — conjuntos mesclados de todos estes impulsos... Tudo o que isso significa é que minha relação com o parceiro de negócios não entra em minha hierarquia de finalidades. Para mim (que posso estar agindo por mim mesmo, ou por meus amigos, ou em nome de alguma autoridade cívica ou filantrópica), esses sujeitos são apenas meios (Robbins³⁷, 1984, p. 95-97 apud Lux, 1993, p. 153).

Ao tempo em que Robbins entende possível se guiar pela ética, assume que, enquanto se negocia, trata-se o outro sem se preocupar com o seu bem-estar, o que, por fim, conclui que o agente econômico age sem olhar a necessidade do outro, terminando, portanto, no mesmo ponto de partida.

Lux (1993) critica a evolução da ciência econômica, por considerar que a própria teoria sustenta o interesse próprio na sociedade, fonte, de acordo com o autor, de convulsão social.

Observamos, então, que as transvalorações [transformar vícios em virtudes] se tornaram a raiz da confusão moral quando se trocam os rótulos da polaridade. A doutrina econômica do interesse próprio introduziu exatamente esta confusão na vida moderna, e de forma intelectualmente aceitável [...]. Queremos demonstrar que o interesse próprio significa essencialmente egoísmo, e o egoísmo não pode produzir o bem social porque, de fato, é essencialmente a força que destrói o bem social, a despeito da alegação em contrário da economia (Lux, 1993, p. 92-93).

Dessa maneira, o autor conclui que a ciência econômica promove o egoísmo, e que isso se traduz em uma sociedade menos solidária, porque:

O fenômeno do interesse próprio é de tal forma fundamental que se irradia para fora do núcleo do eu e alcança todos os aspectos da sociedade, desde os valores culturais básicos até o comportamento econômico e, mais ainda, a política social (Lux, 1993, p. 191).

³⁶ A Escola Histórica Alemã compreendia que a investigação científica deveria considerar os ideais de justiça e de moralidade (Prado, 1991).

³⁷ ROBBINS, L. **The nature and significance of economic science**. Londres: MacMillan, 1984.

A economia não é somente naturalística ou neutra com relação ao interesse próprio. Se esse fosse o caso, seus ensinamentos, embora de algum modo duvidosos, não seriam necessariamente questionáveis. Mas a economia **promove** o interesse próprio (Lux, 1993, p. 195, grifos do autor).

Dessa feita, há que diferenciar, como tentou Robbins, o interesse próprio, que significa zelar por sua riqueza e cuidar de si (o qual Smith se referia) e sua outra faceta, que busca o melhor para si, sem levar em conta como tal comportamento impactará nos demais. Nesse sentido, enquanto a ciência econômica considerar que os preceitos morais estão, de forma contundente e inflexível, fora do escopo de estudo, haverá espaço para o açougueiro de Smith alterar a precisão de sua balança, com vista a seu interesse. Ou seja, a ciência econômica estaria assumindo que o agente econômico pode ser desonesto e até imoral. Entretanto, quando o agente deixa de ter uma atitude fraudulenta, está guiado por outras motivações que não o seu interesse³⁸. Ao que parece, não está no desejo do homem apenas o bem para si, mas também para a coletividade.

Em Smith, o homem age sem dúvida na base do que julga ser o melhor interesse, mas este interesse próprio nunca é concebido como sendo dirigido apenas a fins pecuniários e tantas vezes é uma questão de honra, ambição, estima social e amor de poder quantas as que respeita a meros cifrões (Blaug, 1994, p. 103).

Hayek (1968) não apenas identificou certa confusão como distinguiu dois tipos de individualismo: o verdadeiro e o falso. Para esse autor, o verdadeiro individualismo é o de Smith. Nesse, os agentes não são isolados, embora a análise econômica parta de seu comportamento. Assim sendo, o egoísmo age para o benefício público. O falso individualismo é aquele de Mill e dos neoclássicos, principalmente destes últimos, que consideram o *homo economicus* de forma isolada de relações sociais.

Hayek (1968), portanto, alega que esse falso individualismo é que faz apologia ao egoísmo e não o verdadeiro, cujo sentido do egoísmo não é a de exclusiva preocupação por si. Mesmo que identifique a distinção e o equívoco, o autor não acha pertinente averiguar se o homem é ou não motivado por ações egoístas, já que ele está centrado na defesa da liberdade individual³⁹, por entender que, sendo ou não egoísta, o agente faz o bem

³⁸ Está sendo desconsiderada aqui a análise crua da maximização de utilidade frente à possibilidade de punição legal, uma vez que esta considera outro prisma analítico.

³⁹ Hayek também confunde os conceitos de individualismo, na medida em que se utiliza do individualismo metodológico (o verdadeiro), para defender as liberdades individuais e o livre-cambismo. Assim, mesmo o seu individualismo verdadeiro está sobreposto ao liberalismo.

para a sociedade ao pensar em si. Hayek defende ainda que cada um possa decidir suas atitudes, sem o julgamento das intenções nelas presentes. Logo, ele visualiza a controvérsia, mas prefere não discuti-la, mantendo-se distante das questões morais⁴⁰.

5 Conclusão

Ao longo do avanço da ciência econômica, houve uma quebra em que as questões morais foram afastando-se de seu escopo de estudo. Este artigo procurou demonstrar quais foram os elementos que incentivaram tal mudança, indicando ainda os percalços e as contradições dessa ruptura.

Smith expôs que há, nos homens, a motivação econômica, o desejo de obter riqueza, chamando essa conduta de egoísmo. Tal postura estava, no entanto, ponderada por aspectos morais. Senior e Mill, entretanto, separaram o que é ciência e o que é arte. Subsequentemente, Walras afastou definitivamente a economia do que chamou de “moral”.

Em paralelo, o individualismo metodológico, que estuda os fenômenos econômicos a partir do indivíduo, assumiu a suposição do agente egoísta. Sob a herança do utilitarismo, o agente econômico pesa também seus fins e meios, agindo de forma a atingir o melhor para si. O corte em relação a Smith também emerge, quando o isolamento do agente se intensifica no corpo teórico, em oposição a Smith, que analisava o homem enquanto ser que busca a sociabilização. Esse processo trouxe a confusão de termos. Embora o desejo de enriquecer e o egoísmo possam ser separados em diferentes conceitos, pouco esforço houve, no sentido de qualificar tais diferenças. Robbins e Hayek identificaram essa distinção, mas, mesmo assim, privam-se dos aspectos morais desenvolvidos por Smith.

Aliada ao fato de o termo “egoísmo” ter duas interpretações, a própria ruptura ocorrida desde o homem smithiano, passando pelos elementos que auxiliam na definição do *homo economicus*, colabora para que a visão, tida como falsa por Hayek, permanecesse. Tal fato se deve ao passo dado pelo positivismo, que prefere não averiguar se o comportamento humano é correto ou não.

A despeito da diferenciação hayekina, o *homo economicus* é mais autocentrado e mais despreocupado com os demais do que o homem smithia-

⁴⁰ O livro de Fonseca (1993) busca, em última instância, apontar que o autointeresse sem a ponderação moral, para além da questão metodológica, é letal para o próprio funcionamento da economia. É preciso, segundo o autor, haver obediência civil voluntária, honestidade, integridade, confiabilidade. Todas essas em oposição ao que o autor chama de “autointeresse crasso”, que seria o egoísmo.

no. E, embora seja pertinente a distinção entre o egoísmo e o autointeresse, permanece majoritária a visão egoísta do *homo economicus* e não a de Smith, com seus pesos morais adjacentes.

O homem ficou, sob o aspecto teórico, mais egoísta e foi despreocupando-se dos demais agentes da sociedade. Ele passa de independente a autocentrado, de autocentrado a isolado, de isolado a egoísta, de egoísta a amoral e, finalmente, de amoral a imoral. Persiste, dessa maneira, a concepção que é também traduzida em apologia ao egoísmo e é associada à corrupção e à fraude. Parece, portanto, relevante retomar esse tema e desconstruir a noção de *homo economicus* tal como foi solidificada, uma vez que tal conceito carrega aspectos contraditórios e mesmo deletérios. Se estudos que considerassem os aspectos morais do homem, suas preocupações “altruísticas” voltassem ao escopo da economia, tal controvérsia cessaria. Ou, alternativamente, poderia ser reconhecido que, se há apologia ao egoísmo na ciência econômica, não é desde o seu “nascimento”. De qualquer modo, enquanto a economia abster-se das questões morais, a associação entre o postulado do egoísmo e a apologia a ele irá resistir.

Referências

- AGUIAR, M. T. de; BIANCHI, A. M. Nasce uma ciência: uma investigação sobre a emancipação da Economia em relação à Política. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 14., 2009, São Paulo. **[Anais eletrônicos...]**. [S.l: s.n.], 2009. Disponível em: <http://www.sep.org.br/pt/artigo_list.php?id=4>. Acesso em: 8 jun. 2009.
- BLAUG, M. **A Metodologia da economia:** ou como os economistas explicam. Lisboa: Gravidia, 1994.
- FONSECA, E. G. da. **Vícios privados, benefícios públicos?** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- FONSECA, P. C. D. O método como tema: controvérsias filosóficas, discussões econômicas. In: CORAZZA, G. (Org.). **Métodos da Ciência Econômica**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 17-34.
- GANEM, Â. Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófica. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 9-36, jul./dez., 2000.
- GANEM, Â. Teoria neoclássica: a face econômica da razão positiva. In: CORAZZA, G. (Org.). **Métodos da ciência econômica**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 117-132.

HAYEK, F. A. von. **Individualismo**: verdadero y falso. Buenos Aires: Centro de Estudios sobre la Libertad, 1968. Disponível em: <<http://www.hayek.org.ar/new/images/fotos/articulos/Individualismo.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2009.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1985.

JEVONS, W. S. **A teoria da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

KEYNES, J. M. O fim do “laissez-faire”. In: SZMRECSÁNYI, T. (Org.). **Keynes**: economia. São Paulo: Ática, 1983. p. 106-126.

LUX, K. **O erro de Adam Smith**: de como um filósofo moral inventou a Economia e pôs fim à moralidade. São Paulo: Nobel, 1993.

MILL, J. S. Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela. In: BENTHAM, J. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**: sistema de lógica dedutiva e indutiva. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 291-315. (Coleção Os Pensadores, 34).

MILL, J. S. **A lógica das ciências morais**. São Paulo: Iluminuras, 1999.

MONTEIRO, S. M. M. Metodologia da economia e filosofia da ciência. In: CORAZZA, G. (Org.). **Métodos da Ciência Econômica**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 207-227.

NAPOLEONI, C. **Smith, Ricardo, Marx**: considerações sobre a história do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

PAULANI, L. M. John Stuart Mill, o homem econômico e o individualismo metodológico. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, 26., 1998, Vitória. **Anais...** Vitória: ANPEC, 1998. v. 1, p. 99-120.

PAULANI, L. M. Neoliberalismo e Individualismo. **Economia e Sociedade**, São Paulo, n. 13, p. 115-127, dez. 1999.

PAULANI, L. M. **Modernidade e discurso econômico**. São Paulo: Boitempo, 2005.

PRADO, E. F. da S. **Economia como ciência**. São Paulo: IPE: USP, 1991.

SCHUMPETER, J. **História da análise econômica**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. v. 2.

SMITH, A. **A Riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1.

SMITH, A. **Teoria dos sentimentos morais**: ou ensaio para uma análise dos princípios pelos quais os homens naturalmente julgam a conduta e o caráter, primeiro de seus próximos, depois de si mesmos, acrescida de uma dissertação sobre a origem das línguas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TEIXEIRA, R. A. **Positivismo, historicismo e dialética da metodologia da economia**. 2003. 133 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Pesquisas Econômicas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

TORRES, A. A economia como ciência social e moral (algumas observações sobre as raízes do pensamento económico neoclássico: Adam Smith ou Mandeville?). **Episteme**: Revista Multidisciplinar da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, v. 1, n. 2, p. 95-122, jun.-jul. 1998.

VALENTIN, A. A economia positiva: considerações sobre o núcleo rígido do programa de pesquisa neoclássico. In: CORAZZA, G. (Org.). **Métodos da ciência econômica**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 133-152.

WALRAS, L. **Compêndio dos elementos de economia política pura**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

